



DIREÇÃO DA COPASA QUER DIMINUIR TAMANHO DA EMPRESA, A CAMINHO DA PRIVATIZAÇÃO

A empresa anuncia “reestruturação” com diminuição de cargos e mostra gosto por demissões em massa de trabalhadores

Nas negociações do Acordo Coletivo, a “nova” direção da Copasa vem insistindo em colocar cláusula no Acordo Coletivo que lhe permitisse demitir até 2% do quadro de pessoal, não incluídos neste número as demissões por justa causa, aposentadorias, programas de desligamentos, morte. Ou seja, quer se livrar de muito mais que 2% dos trabalhadores.

A “nova” direção da Copasa está também extinguindo cinco superintendências, três distritos e 22 gerências em todo o Estado, fragilizando a atuação operacional e política da empresa.

Nesta semana, a empresa inclusive descreveu o processo de redução de cargos em matéria veiculada pelo jornal “Estado de Minas”. Ao contrário do informado na veiculação, o Sindicato não foi informado e, definitivamente, não concordamos com este processo de sucateamento patrocinado por defensores de privatização da empresa. O Sindicato vem defendendo exatamente o contrário através das reiteradas tentativas junto à empresa para que haja reposição de vagas, pois passamos a ter dificuldade operacional em todo o Estado pelo desligamento de trabalhadores, sobrecarregando a prestação de serviços.

O desmanche da empresa acaba com a superintendência operacional que atua na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Teófilo Otoni (Vale do Mucuri) e Ubá (Zona da Mata). Estão sendo extintos os distritos em Salinas, Paracatu, Rio Casca, Leopoldina e Bom Despacho.

Mais curiosos são os argumentos da empresa, de que o sucateamento promovido visaria buscar “resultados de produtividade, redistribuição de recursos, para beneficiar a atuação da companhia”. Falam ainda em racionalização e de mais

agilidade da empresa reduzindo ainda mais a estrutura da Copasa, que atende 635 dos 853 municípios mineiros, ou uma população de 11,3 milhões de consumidores dos serviços da empresa.

A estratégia, no entanto, vai de encontro à tragédia que o governador Romeu Zema pretende afundar Minas Gerais, através da venda de empresas estatais de serviços essenciais para a população e estratégicos para o desenvolvimento do Estado, como a Cemig e a Copasa.

Devemos denunciar esta ação de desmanche de uma empresa que sempre foi reconhecida pela excelência dos serviços prestados, sobretudo lembrando-se da cada vez mais dificultosa operacionalização devido aos prolongados períodos de crise hídrica, de contaminação ambiental e custos para captação, tratamento e distribuição de água em condições de ser consumida, além da despoluição ambiental com o tratamento de esgotos residenciais e industriais.

No lugar de investir para o crescimento da empresa e melhoria no atendimento à população, a direção da empresa se insinua como vendedores e caixeiros viajantes para ressuscitar a prática da *privataria* e virar as costas à conquista da Constituição Mineira, que colocou limites quase intransponíveis para privatizar empresas estatais, exigindo plebiscito com os mineiros e quórum qualificado de 3/5 de deputados mineiros para autorização o vendilhismo.

Devemos resistir e denunciar esta prática contra o povo de Minas, ameaçado de perder suas empresas públicas mais significativas. Querem privatizar para buscar o ganho fácil com tarifas e matar de uma vez a luta pela universalização do saneamento.



VAMOS ENGROSSAR NOSSA LUTA POR UM ACORDO QUE RESPEITE NOSSOS DIREITOS!